

**Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade**

**AGRONEGÓCIO *VERSUS* AGROECOLOGIA: INOVAÇÕES NA PRODUÇÃO  
AGRÍCOLA COM OLHARES DESDE E PARA A AMÉRICA LATINA**

**AGRIBUSINESS *VERSUS* AGROECOLOGY: INNOVATIONS IN AGRICULTURAL  
PRODUCTION WITH LOOKS TO AND FROM LATIN AMERICA**

Evilhane Jum Martins, Micheli Capuano Irigaray e Giane Da Silva Ritter

**RESUMO**

A presente pesquisa trata dos efeitos do agronegócio desenvolvimentista na América Latina apresentando a agroecologia como movimento capaz de subverter a lógica economicista. Objetiva-se analisar os principais efeitos advindos do modelo do agronegócio advindo da Revolução Verde na América Latina, bem como averiguar os fundamentos da agroecologia e as benesses do referido movimento enquanto modelo que poderá prenunciar uma nova realidade. Esta reflexão advém da problemática: Tendo em vista os efeitos devastadores provenientes do modelo desenvolvimentista que sustenta o agronegócio na América Latina, a agroecologia poderia constituir-se como movimento capaz de garantir a identidade e originalidade do continente, respeitando a diversidade agrícola e a preservação da agrobiodiversidade? Para responder, a metodologia empregada utiliza a perspectiva sistêmica, os procedimentos foram a pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Agronegócio, América Latina, Agroecologia.

**ABSTRACT**

This research deals with the effects of the development agribusiness in Latin America presenting agroecology as a movement capable of subverting the economic perspective. The objective is to analyze the main effects arising from arising agribusiness model of the Green Revolution in Latin America, as well as examine the fundamentals of agroecology and the benefits of that movement as a model that could foreshadow a new reality. This reflection comes the problem: In view of the devastating effects from the developmentalist model that supports agribusiness in Latin America, agroecology could be constituted as a movement capable of guaranteeing the identity and originality of the continent, respecting the agricultural diversity and the preservation of agrobiodiversity? To answer, the methodology employed uses a systemic perspective, the procedures were the bibliographical and documentary research.

**Keywords:** Agribusiness, Latin America, Agroecology.

## INTRODUÇÃO

O agronegócio, enquanto principal promotor do desenvolvimento existente nos países de Primeiro Mundo vem difundindo na América Latina perspectivas desenvolvimentistas advindas do neoliberalismo. Em termos práticos, os efeitos socioambientais, políticos e econômicos asseveram a situação de dependência existente entre periferia – centro, assim como dissemina o aumento do abismo existente entre subdesenvolvimento e desenvolvimento.

Por consequência, perpetuar em caminhos norteados por paradigmas advindos de uma Pós-Colonialidade não oferece soluções. Apenas ilude e idealiza um futuro calcado no desenvolvimentismo prometido pelo Primeiro Mundo, mas que na prática gera mais do subdesenvolvimento, incessantemente.

Perpetrar por novos caminhos é necessário. Frente a tais argumentos, a presente pesquisa objetiva de modo geral, analisar os principais efeitos advindos do modelo do agronegócio advindo da Revolução Verde na América Latina, bem como averiguar os fundamentos da agroecologia e as benesses do referido movimento enquanto modelo que poderá prenunciar uma nova realidade.

Nesse diapasão, a reflexão proposta sustenta-se na seguinte problemática: Tendo em vista os efeitos devastadores provenientes do modelo desenvolvimentista que sustenta o agronegócio na América Latina, a agroecologia poderia constituir-se como movimento capaz de garantir a identidade e originalidade do continente, repetindo a diversidade agrícola e a preservação da agrobiodiversidade?

Para responder a este questionamento a metodologia empregada obedece ao trinômio: Teoria de Base/Abordagem, Procedimento e Técnica. Como Teoria de Base e Abordagem optou-se pela perspectiva sistêmica utilizando-se autores com visão multidisciplinar e conectando ares do saber como direito ambiental, ecologia política e sociobiodiversidade. Os procedimentos elegidos foram a pesquisa bibliográfica e documental (em meios físicos e digitais – sites e redes sociais). A técnica empregada foi a construção de fichamentos e resumos estendidos.

## 1 – O AGRONEGÓCIO LATINO-AMERICANO SOB O PRISMA DESENVOLVIMENTISTA E SUAS PREJUDICIALIDADES.

A introdução de mecanismos desenvolvimentistas no setor primário, baseado na obtenção de lucros e no atendimento das necessidades do mercado mundial – enquanto perspectiva inserta no mundo capitalista que emergia a partir da metade do século XX – dá início a uma série de ações no âmbito internacional. Tais ações privilegiam a sustentação e a expansão do sistema capitalista através de estratégias discursivas que visam implantar o desenvolvimento do modo de produção capitalista em países periféricos, surgindo assim o imperialismo.

Em meio ao destoamento existente entre centro-periferia, o imperialismo surge como alternativa para a implantação da Pós- Colonialidade<sup>1</sup>. Esse processo ganha força através da

---

<sup>1</sup> Esse processo ajuda-nos a entender porque o colonialismo não é somente um período do nosso passado histórico, mas também uma característica necessária do capitalismo em sua dinâmica de acumulação incessante de capital que implica, inclusive, expansão geográfica para regiões tradicionalmente ocupadas por outros grupos-classes sociais-etnias-povos-nacionalidades. Esses grupos diferentes por suas características étnico-raciais são inferiorizados por ideologias que os tratam como “atrasados”, “subdesenvolvidos”, “pobres” e, deste modo, não se os vê pelas qualidades que lhes são próprias e são tratados com o peso da colonialidade que ainda nos atravessa. Afinal, não se coloniza quem é igual, daí a necessidade de justificar a expansão modernizante-desenvolvimentista do capital inferiorizando previamente o outro, o diferente. Enfim, os grupos-classes sociais-etnias-povos-nacionalidades outros continuam sendo tratados como o eram no período colonial, mesmo depois da independência formal do nosso país. Como bem afirmou o sociólogo peruano Aníbal Quijano para a América

contínua reprodução de capital baseado na produção primária dos países periféricos, enquanto meio de fomento ao mercado mundial incentivado e aprimorado pela Revolução Verde.

Em meio aos paradigmas instituídos pela Revolução Verde surge a grande dependência de insumos, adubos, herbicidas, pesticidas, fungicidas e agrotóxicos em geral para a maior produtividade e lucratividade na plantação de monoculturas. Obviamente, os reais objetivos deste modelo propulsor do agronegócio em nada contribuem para a segurança alimentar: países subdesenvolvidos tornam-se subordinados às grandes corporações, em decorrência da perspectiva desenvolvimentista incentivada pelas necessidades socioeconômicas que lhes são características.

Assim, a propulsão do agronegócio nos moldes engendrados pela Revolução Verde assevera o processo de unicidade atribuída à ideia de desenvolvimento, o que decorre do advento da Pós-Colonialidade na América Latina.

Partindo dessa ideia, faz-se com que os parâmetros eurocêntricos e aqueles provenientes de uma racionalidade puramente econômica – característica própria dos países de primeiro mundo – sejam capazes de difundir uma visão reducionista da ideia de desenvolvimento. Dessa forma, desconsidera-se a diversidade dos aspectos culturais, socioambientais e políticos, de forma que ser desenvolvido é sinônimo da fruição de condições idênticas àquelas perpetradas no Primeiro Mundo.

De acordo com essa conjectura de ideias, Aníbal Quijano refere que a realidade que está posta advém do erro de se considerar os parâmetros euro-norte-americanos como centrais, únicos e verdadeiros quanto ao dever ser, revelando uma crise da subjetividade contemporânea. O autor refere que há inexistência de homogeneização de tais parâmetros nos próprios territórios euro-norte-americanos: visto que a concretização das benesses de tal ideário de desenvolvimento ocorre tão somente em prol da classe dominante daquelas sociedades, ainda que tal fato não seja capaz de desconsiderar a hegemonia cultural da noção de desenvolvimento imposta por esses países (QUIJANO, 1988, p. 02).

Por consequência, o processo de Pós-Colonialidade descrito pelo referido autor provém do modo de ascensão do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, modo este que consiste sumariamente na substituição dos padrões até então estabelecidos nos relacionamentos interestatais. Nesse ínterim, se passa a emoldurar o capitalismo como o único regime capaz de garantir o modelo socioeconômico tido como desenvolvido, tendo como fundamento as conquistas de nações hegemônicas, cujas ações devem ser observadas como referências a serem seguidas por países com características socioeconômicas diferenciadas: o que os torna subdesenvolvidos<sup>2</sup>.

---

Latina: “o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade” (...). Observemos que o que normalmente se chama modernização das regiões para onde o capital se expande é, nada mais nada menos, que sua colonização. Daí falarmos de padrão de acumulação de capital moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 24).

<sup>2</sup> Acerca do assunto, Pedro de Araujo Quental assevera que: Escobar (1996) busca compreender o desenvolvimento como um discurso produzido historicamente. O desenvolvimento, assim como o conceito de Terceiro Mundo, é compreendido pelo autor como uma representação social formulada no período Pós-Segunda Guerra Mundial, justificando, então, a aplicação de programas e políticas econômicas em países ditos “subdesenvolvidos”. Quando pensamos que “temos que nos desenvolver”, afirma Escobar (1996), este fato constata a vigência de uma ideia de desenvolvimento naturalizada nos nossos modos de sonhar, pensar e de ser. Isto ocorre na medida em que regiões do mundo como África, Ásia e América Latina foram inventadas a partir de um profundo processo simbólico e material como sendo subdesenvolvidas: fomos “inventados como subdesenvolvidos”, afirma o autor (Escobar, 2009:26). Nesse sentido, para Escobar a ideia de “desenvolvimento” deve ser vista como uma invenção geopolítica que tem por objetivo localizar indivíduos, grupos e territórios como “não-desenvolvidos” ou “subdesenvolvidos”, legitimando, assim, ações de suposto combate a essa condição (QUENTAL, 2015, p. 06).

A partir de então, através de tais manobras para manter a estabilidade das relações internacionais entre centro – periferia, o ideal desenvolvimentista se consolida efetivamente não só por meio dos discursos hegemônicos provenientes do centro. Tais ideais são provenientes de classes minoritárias da periferia que reforçam tais discursos em prol do desenvolvimentismo, levando em conta que a Pós-Colonialidade se revela como fator positivo para a concentração do capital nas classes minoritárias e abastadas da própria periferia.

O fim da segunda guerra mundial deixa claro a impossibilidade de manutenção do colonialismo e, ao mesmo tempo, a necessidade e elaboração de uma estratégia política para manter sob controle a descolonização, evitando o desencadeamento de guerras de libertação e a consequente construção de nações autônomas e que fossem capazes de sacudir, por processos revolucionários profundos, o jugo do imperialismo. Tratava-se de promover uma “transição” para a independência a menos radical possível e que não tocasse nos mecanismos profundos de dependência. Daí porque, em inúmeras nações asiáticas e africanas, os promotores da independência foram as próprias potências coloniais entregando o Estado àquela classe autóctone que fosse sensível “aos valores da civilização ocidental”. É nesse espaço que contingentes camponeses, maioria absoluta da população, representam um papel estratégico para o imperialismo. Seu domínio, sua inquietação e exclusão da participação política e sua gradativa articulação ao mercado sob a égide do capital são garantias de uma transição “pacífica”(BELATO, 1985, p. 03)

Interessante observar que o triunfo global do capitalismo com a Guerra Fria, e a consequente derrocada de projetos alinhados com a perspectiva socialista e comunista, alicerça as políticas neoliberais provenientes do imperialismo. Tais políticas se solidificam e se expandem através do que Milton Santos denomina de globalitarismo<sup>3</sup>: que não só integra o sistema capitalista como também concretiza a integração do processo Pós-Colonial de maneira inter, intra e transnacional.

A dualidade de integrações – no sistema capitalista e em contraposição no processo Pós-Colonial – gera a propagação da dominação mundial da produção do capital: do que produzir, onde produzir e como produzir. Esse processo fomenta a dominação e alienação dos trabalhadores, passando a obter o controle total da distribuição do excedente no interior de cada estado nas relações interestatais, bem como nas relações inerentes aos fluxos das grandes corporações transnacionais.

Neste cenário, o empoderamento das corporações e a minimização do papel do Estado sugerem constantes redefinições dos meios e fins relativos ao processo de Pós-Colonialidade nos países periféricos. Através de meio distintos de exploração e estratificação social implementados com o respaldo do Estado, há a incursão do discurso hegemônico desenvolvimentista que passa a justificar e motivar a Pós-Colonialidade através de dominações e explorações no âmbito latino-americano<sup>4</sup>.

---

<sup>3 3</sup> A fim de identificar o globalitarismo enquanto o conjunto de diversas formas totalitárias de imposição ideológica e de dominação em favor do capital, Milton Santos disciplina que o globalitarismo: “São, todas essas, condições para a difusão de um pensamento e de uma prática totalitárias. Esses totalitarismos se dão na esfera do trabalho como, por exemplo, num mundo agrícola modernizado onde os atores subalternizados convivem, como num exército, submetidos a uma disciplina militar. O totalitarismo não é, porém, limitado à esfera do trabalho, escorrendo para a esfera política e das relações interpessoais e invadindo o próprio mundo da pesquisa e do ensino universitários, mediante um cerco às idéias cada vez menos dissimulado. Cabe-nos, mesmo, indagar diante dessas novas realidades sobre a pertinência da presente utilização de concepções já ultrapassadas de democracia, opinião pública, cidadania, conceitos que necessitam urgente revisão, sobretudo nos lugares onde essas categorias nunca foram claramente definidas nem totalmente exercitadas” (SANTOS, 2001, p. 27).

<sup>4</sup> La política globalizadora y neoliberal redefine las empresas y los países con sus redes internacionales, intranacionales y transnacionales. El mundo no puede ser analizado si se piensa que una categoría excluye a las otras. En cuanto a las relaciones de dominación e explotación regional, las redes articulan los distintos tipo de

Dessa forma, sob o manto do desenvolvimentismo o agronegócio na América Latina geraria indubitavelmente a industrialização e a implantação de tecnologias de origem química e científica nas matérias-primas. Como condicionante, os produtos de origem primária cuja produção fomenta a economia dos países periféricos seriam objeto da consequente exportação aos centros dominantes. Países hegemônicos por sua vez, se especializariam então na exportação de bens e serviços de cunho altamente tecnológico, capazes de gerar a dependência dos países periféricos na produção dos produtos primários: “*elevando a niveles altísimos el parasitismo típico de las potencias imperialistas*”<sup>5</sup>.

La célula de esta economía internacional es un nuevo tipo de empresa que trasplanta hacia la escala mundial las poderosas técnicas de apropiación. Administración y control privados de los resultados de la concentración tecnológica y económica, de la monopolización, de la centralización, de la conglomeración y de la intervención estatal. Este nuevo tipo de empresas vino a superar los antiguos trusts y cárteles que tenían una relación de complementariedad comercial con sus actividades en el exterior, desarrolladas en función del intercambio entre la exportación de manufacturas desde los centros industriales y la importación de productos agrícolas y materias primas desde los países subdesarrollados. Las modernas corporaciones multinacionales, no solo aumentaron significativamente el papel de los negocios internacionales en el conjunto de sus actividades, también se dedicaron a producir para el mercado interno de los países que reciben sus inversiones (SANTOS, 2011, p.09-10).

Obviamente que, tais condições pré-originárias do modelo desenvolvimentista do agronegócio implementado na América Latina trouxeram consequência socioambientais funestas. Sobretudo para grupos não hegemônicos, o agronegócio desenvolvimentista passou a representar a derrocada da agrobiodiversidade na América Latina. Para tratar desses feitos, dedicar-se-á as próximas linhas.

## 2 – O AGRONEGÓCIO DESENVOLVIMENTISTA E AS SEQUELAS LATINO-AMERICANAS

Ao tratar-se do sucesso do imperialismo e da manutenção da colonialidade latino-americana por meio do *agribusiness*<sup>6</sup>, é imprescindível rememorar as considerações de Dinarte Belato. O autor assevera que a estratégia de dominação da periferia pelo centro através do imperialismo, consistiria na articulação de instrumentos de ação que objetivariam a transformação das diversas formas de relações sociais existentes nos países periféricos. Essas transformações teriam o condão de viabilizar a implantação da dominação capitalista destes territórios por intermédio de comandos centrais na produção primária, em nível global.

Dinarte Belato afirma, que o principal efeito do imperialismo nesse contexto consiste:

... na destruição das variadas formas históricas da organização, do trabalho e do excedente camponês mediante uma estratégia concentrada no sentido de eliminar os mecanismos de autonomia e identidade camponesa, de extrair-lhe do controle as

---

comercio inequitativo y de colonialismo, así como los distintos tipo de explotación de los trabajadores, o las distintas políticas de participación y exclusión, de distribución y estratificación por sectores, empleos, regiones (CASANOVA, 2006, p. 426, 427).

<sup>5</sup> *Ib Idem.*

<sup>6</sup> *Agribusiness* é a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção dentro da fazenda; o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir dele (OLIVEIRA, 2015).



instâncias de poder e representação e de anular-lhe o potencial revolucionário oriundo da transformação das relações de produção promovidas pelo capital. Nesta direção, o capital internacional desenvolveu e privilegiou estratégias globais inseridas na dinâmica da ação imperialista expressas pela intervenção direta das agências internacionais mediante a implantação dos serviços de extensão e crédito rural e no controle rígido da tecnologia tanto insumística, quanto técnica de valorização do capital (BELATO, 1985, p. 12-13).

Denominado de Revolução Verde, o processo antes citado teria como condão a contínua modificação das práticas de produção primária em prol da mecanização e otimização da produção de alimentos e principalmente de *commodities* através do monopólio dos mecanismos, técnicas e produtividade de cultivos por grandes corporações e grandes produtores em grandes extensões de terra.

Acerca do assunto, vários foram os efeitos decorrentes da modernização das práticas agrícolas. Com o processo de modernização da produção primária só aumentaram as desigualdades socioeconômicas e os desequilíbrios ambientais no espaço agrário.

Os benefícios decorrentes da Revolução Verde restaram concentrados nas mãos de alguns produtores e obviamente nos investidores das grandes corporações, tendo em vista que a aplicação dos recursos se deu de forma extremamente excludente favorecendo os grandes proprietários que controlavam grande parte das terras e da produção. Em contrapartida, tal modelo produtivo “sufocou” o pequeno produtor de base familiar que não conseguiu dispor de crédito para modernizar a sua produção visando a integração ao mercado urbano-industrial.

Nesse contexto, o modo de destruição das relações sociais postas nos países periféricos, com a transformação de tais relações para os padrões desejados pelo imperialismo, se daria primordialmente em sociedades de população predominantemente camponesa. Através de uma nova estruturação do modelo de produção primária instituído, se passaria a desconsiderar e desprestigiar a produção tradicional e familiar em favor de uma produção primária baseada nos comandos capitalistas sob a égide do imperialismo.

Dessa forma, controladamente ocorreria então um movimento duplo de subordinação dos camponeses ao capital através da submissão destes às regras capitalistas de produção, ou através da expulsão do excedente populacional, incapaz de se adequar a tais regras, do campo.

Para o imperialismo, o campesinato deixou de ser, em boa medida, um barril de pólvora revolucionário. Hoje, já é possível perceber que o imperialismo, ao mesmo tempo em que manejava os instrumentos políticos, ideológicos e econômicos da integração do campesinato ao capital, neutralizava-o, quer pela subordinação direta da produção, quer pela exclusão dos excedentes de população que ele inevitavelmente produz. A rigor, a nível mundial, o campesinato, em sua forma histórica específica própria a cada região, já não mais existe ou está em vias de desaparecer. O que existe, o que sobreviveu é um campesinato crescentemente integrado por força da penetração do capital diretamente no processo produtivo agrícola (BELATO, 1985, p. 89).

As consequências decorrentes de um modelo imperialista baseado tão somente na acumulação de capital e na exploração de mão-de-obra dos países periféricos decorreriam de um modelo agrário/agrícola – denominado de *agribusiness* pelo próprio imperialismo. Tal denominação decorreria de suas características peculiares - que não só tende para a concentração fundiária e de capital como referido anteriormente, mas também pela exigência elevada de capital para sua incorporação e manutenção<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> No processo de objetivação do mundo, o valor de troca desvinculou-se de sua conexão com o real, a economia se desprende da condição de materialidade da natureza e da necessidade humana; a generalização dos intercâmbios comerciais se converteu em lei universal, invadindo todos os domínios do ser e os mundos de vida

Certo é que as referidas condições acabam por impedir a democratização do modelo, assim como diminuem consideravelmente a mão-de-obra empregada, além da participação do trabalho na distribuição de renda nesse complexo produtivo como um todo. Dessa forma, o que se observa é justamente a compensação da queda de preços dos produtos primários por uma extrema concentração de capital. Por conseguinte, um setor estratégico, como o da produção de alimentos, se desloca para as mãos de umas poucas empresas transnacionais: “a produção de alimentos se coloca, assim, como um risco num setor da atividade humana cujo objetivo era exatamente o da segurança alimentar” (BARROS, SALAMONI, COSTA, 2015, p. 280).

Nesta senda, embora os ideais insertos na modernização e industrialização da produção primária estejam atrelados ao atendimento das necessidades humanas, justificando-se em larga medida pelos paradigmas da segurança alimentar, o que se vislumbra realmente é a sobreposição do *lobby* de corporações de ordem transnacional. Em detrimento de todo e qualquer paradigma favorável ao efetivo desenvolvimento latino-americano, o *lobby* das grandes corporações por caracterizar-se como meio para o alcance de grandes lucros de forma a fomentar a monopolização da utilização da força de trabalho e de importantes meio de produção em prol do capital hegemônico.

Nesse sentido, observa-se que os objetivos elencados quando do surgimento da Revolução Verde contrapõem substancialmente as finalidades engendradas pelas grandes corporações, cujo centro de todo e qualquer tipo de ação nesta seara está intimamente relacionada com a obtenção de lucros e a dependência dos manejos junto ao agroecossistemas para com o mercado mundial. Dessa forma, não resta dúvidas que diante da presente contraposição entre ideais justificadores e ações implementadas, no que diz respeito à Revolução Verde, alguma vertente há de ser prejudicada e nulificada em favor daquela que apresenta maiores vantagens e atende o interesse dominante, no presente caso o interesse hegemônico dominante<sup>8</sup>.

Porto-Gonçalves, ao tratar do assunto refere os diversos prejuízos advindos do presente modelo de utilização do modelo de produção imposto pelo imperialismo, assim como o advento de diversos riscos os quais deveriam ser solucionados pela Revolução Verde. O autor assevera que tais riscos, ao contrário do previsto, acabam por ser exaltados em função do desvirtuamento dos objetivos insertos no então modelo *agribusiness*, ou ainda em função da instituição de paradigmas puramente conceituais, que justificariam a imposição do *lobby* das grandes corporações (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 280).

Por consequência, o que se observa é a ocorrência de diversos fenômenos perversos em desfavor da agrobiodiversidade, assim como no que tange as necessidades humanas

---

das gentes. Com a invenção da ciência econômica e a institucionalização da economia como regras de convivência universais, teve início um processo de cinco séculos de economização do mundo. Tal processo de expansão da racionalidade econômica chegou a seu ponto de saturação e a seu limite, por efeito de sua extrema vontade de globalizar o mundo devorando todas as coisas e traduzindo-as aos códigos da racionalidade econômica, razão que sustenta a impossibilidade de pensar e agir conforme as condições da natureza, da vida e da cultura. Esse processo econômico não pode absorver; mas, além disso, através de sua crença fundamentalista e totalitária, se encrava no mundo destruindo o ser das coisas – a natureza, a cultura, o homem – para reconverte-las a sua forma unitária e universal (LEFF, 2006, p. 143-144).

<sup>8</sup> A ideia de *desenvolvimento* sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório que, tanto pela via liberal e capitalista, como pela via social-democrata e socialista, a Europa Ocidental acreditou poder universalizar-se. *Desenvolvimento* é o nome-síntese da ideia de *dominação da natureza*. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria. Assim, a crítica à ideia de desenvolvimento exigia que se imaginasse outras perspectivas que não as liberais ou socialistas ou, pelo menos, que essas se libertassem do desenvolvimentismo que as atravessava. Por fazerem a crítica a essa ideia-chave de desenvolvimento, os ambientalistas, com frequência, se veem acusados de querer voltar ao passado ao estado de natureza, enfim, de serem contra o progresso e o desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 62).

incisivamente. A questão atinente a segurança alimentar, por exemplo, passa a assumir grande conotação a partir do momento em que se percebe o quão nefasto se mostra a redução da diversidade agrícola – no que diz respeito a disseminação de culturas – e o implemento de agroquímicos de toda ordem, cujo objetivo cinge-se em garantir maior produtividade e lucratividade.

Portanto, a Revolução Verde consiste em fenômeno capaz de desestruturar o modelo de práticas de produção primária construído pelo homem durante milênios, de forma que o agroecossistema passou a ter interferências de grande monta e extremamente prejudiciais para a agrobiodiversidade. O retorno caracteriza-se pela insurgência de preocupações quanto a possibilidade de insegurança alimentar, a diminuição da diversidade agrícola e o uso de agroquímicos que interferem negativamente na saúde humana. Ademais, deve-se tentar para a destruição do meio ambiente como um todo, assim como a extinção de diversas espécies de plantas em virtude do desaparecimento de sementes criolas e a dependência crescente do agricultor no que tange as sementes, insumos e agroquímicos provenientes de grandes corporações transnacionais.

### **3 – A AGROECOLOGIA COMO UM NOVO PORVIR NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA LATINO-AMERICANA**

A percepção de que a insustentabilidade dos agroecossistemas que reproduzem um sistema agrícola direcionado tão somente aos objetivos econômicos provenientes do mercado mundial<sup>9</sup>, origina em grupos não hegemônicos o desejo e a responsabilidade de fazer emergir um novo movimento. O que se pretende é resgatar os agroecossistemas devastados pelo atual modelo agrícola – baseado em monoculturas com o emprego de fertilizantes, sementes modificadas, herbicidas, fungicidas, pesticidas e adubos industrializados, técnicas científicas e grandes extensões de terra cultivadas conforme se dá a destruição daqueles solos não mais servíveis –, sendo capaz de garantir a diversidade dos ecossistemas, a segurança alimentar e qualidade dos alimentos produzidos, sem qualquer risco à saúde humana.

Nesse sentido, a propagação do movimento agroecológico possui diversas finalidades não incorporadas pelo modelo agrícola disseminado pela Revolução Verde, refutando assim o a única finalidade proveniente deste modelo agrícola: a lucratividade<sup>10</sup>,

---

<sup>9</sup> A respeito do assunto, Carlos Walter Porto-Gonçalves assevera que: ... o processo de reprodução ampliada do capital que opera o atual modelo agrário/agrícola está ancorado em dois pilares básicos: (a) no uso de um modo de produção de conhecimento próprio do capital que se traduz na supervalorização da ciência e das técnicas ocidentais (que se querem universais) e (b) na expansão das terras cultivadas.

A expansão exponencial do uso de adubos e fertilizantes, herbicidas, pesticidas e fungicidas há décadas vem sendo objeto de intensas críticas de ambientalistas, de órgãos ligados à saúde e de sindicatos de trabalhadores, sobretudo rurais. Nos últimos 50 anos, enquanto a produção de grãos aumentou três vezes, o uso de fertilizantes foi multiplicado 14 vezes, segundo dados da FAO. Assim, a relação entre produção de grãos e uso de fertilizantes caiu de 42 toneladas para 13 toneladas de grãos por cada tonelada de fertilizante usada entre 1950 a 2000 (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 245-246).

<sup>10</sup> A economia ambiental (a economia neoclássica dos recursos naturais e da contaminação) supõe que o sistema econômico pode internalizar os custos ecológicos e as preferências das gerações futuras, atribuindo direitos de propriedade e preços de mercado aos recursos naturais e serviços ambientais, de maneira que estes pudessem integrar-se às engrenagens dos mecanismos de mercado que se encarregariam de regular o equilíbrio ecológico e a equidade social. No entanto, a reintegração da natureza e da economia enfrenta o problema de traduzir os custos de conservação e restauração em uma medida homogênea de valor. A economia ecológica assinalou a incomensurabilidade dos processos energéticos, ecológicos e distributivos com a contabilidade econômica, assim como a impossibilidade de reduzir os valores da natureza, da cultura e da qualidade de vida à condição de simples mercadorias, e os limites que impõem as leis da entropia ao crescimento econômico. A valorização dos recursos naturais está sujeita a temporalidades ecológicas de regeneração e produtividade, que não correspondem



visto que a agroecologia não possui como objetivo a obtenção de lucros, mas sim precipuamente, a garantia e a qualidade da vida em todas as acepções, globalmente. Dessa forma, pertinente a visão de Miguel Altieri enquanto grande pesquisador acerca do presente tema.

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 2004, p. 23).

De acordo com as considerações efetuadas pelo pesquisador, vislumbra-se que a agroecologia possui diversas concepções, apresentando significativa abrangência em comparação com outras propostas alternativas para o atual modelo agrícola.

Sumariamente, pode-se afirmar que a agroecologia possui de forma intrínseca a preocupação por dispensar os cuidados e o manejo adequado para garantir o equilíbrio de agroecossistemas. Ademais, carrega consigo uma crítica social fundamentada acerca do atual sistema agrícola, no momento em que se revela como o modelo agrícola ideal a ser implantado, que acima de tudo prioriza o desenvolvimento social e ambiental, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Dessa forma, pode-se afirmar que a agroecologia diferencia-se largamente dos demais modelos agrícolas alternativos, como a agricultura orgânica, a natural ou a biodinâmica, tendo em vista que tais modelos objetivam tão somente a produção de alimentos mais saudáveis a baixo custo.

Ainda salientando as pesquisas de Miguel Altieri a respeito da agroecologia, em entrevista prestada à Carta Maior o pesquisador refere os avanços atinentes a implementação da agroecologia na América Latina, salientando que Cuba destaca-se no que diz respeito a efetiva introdução da agroecologia na agricultura cubana, embora esse resultado positivo seja fruto da exclusão de Cuba do globalização e da não compactuação do regime castrista com as práticas capitalistas vigentes no mundo. Dessa forma, o pesquisador preceitua:

Cuba é o país com a proposta mais concreta, sólida e técnica na América Latina, mas isso foi por uma necessidade: a importação de agrotóxicos e petróleo, então teve de voltar-se para uma agricultura orgânica de substituição de insumos e depois uma agricultura com base agroecológica. Porque foram criando os sistemas de diversidades, essa é a última fase da transição tecnológica. Você passa primeiro pelo manejo integrando pragas, depois a agricultura orgânica com a substituição de insumos, que são orgânicos mas com monoculturas de produtores orgânicos e botânicos, e na última etapa você cria os desenhos agroecológicos com diversidade para promover as interações ecológicas necessárias para determinada proporção, etc (SÁ, 2015).

---

aos ciclos econômicos, e a processos sociais e culturais que não podem reduzir-se à esfera econômica. A internalização das condições ambientais da produção implica, assim, a necessidade de caracterizar os processos sociais que subjazem e desde onde se atribui um valor – econômico, natural – à natureza (LEFF, 2006, p. 223 - 224).

O certo é que, independentemente dos motivos que levam à implantação do sistema agroecológico – seja em decorrência de suas benesses, seja em decorrência da necessidade alimentar, como foi em Cuba – a agroecologia não possui em sua essência nenhum tipo de injustiças. Não há danos ambientais, não há perda da diversidade biológica ou alimentar, não há sobreposição dos lucros em detrimento da qualidade de vida, não há males à saúde humana, não há propagação da destruição, mas há propagação da vida em todas as esferas.

Assim, havendo a certeza de que a agroecologia é capaz de garantir a segurança alimentar sem apresentar os riscos provenientes do agronegócio neste campo, os ambientalistas e demais setores da sociedade procuram difundir a agroecologia como um movimento social capaz de atuar em diversas frentes, e não tão somente como um modelo de produção agrícola.

Diante deste cenário, o que se necessita no momento atual é a inversão dos valores que estão sedimentados na sociedade global, e por consequência nas instituições públicas. O consumo generalizado e inconsciente de produtos advindos do agronegócio e minados por agentes químicos nocivos à saúde fomenta e incentiva a perpetuação do modelo agrícola então vigente, o que advém justamente da inexistência da propagação de informações ou políticas públicas que alertem os cidadãos acerca da real situação que vivencia nesta seara.

Isto se deve em grande medida à postura desenvolvimentista<sup>11</sup> privilegiada pelas administrações públicas, as quais priorizam os aspectos que levam ao desenvolvimento econômico dos países e seu alinhamento com o mercado mundial, do que os aspectos que privilegiam o bem estar da população e o desenvolvimento socioambiental.

Obviamente, o agronegócio ocupa lugar privilegiado nas economias dos países da América Latina, o que justifica a ocorrência de incentivos e concessões por parte dos governos de Estados latino-americanos. Obviamente que daí decorrem o favorecimento à expansão do agronegócio e a instalação de grandes corporações responsáveis pelas transformações advindas com a Revolução Verde, principalmente no que tange a mecanização da agricultura e a imprescindibilidade da utilização de agentes químicos de toda ordem nas plantações que se caracterizam em grande parte como monocultivos impostos pelo mercado mundial.

De acordo com tais argumentos, o documentário *O Veneno está na mesa II*, produzido por Silvio Tendler demonstra que várias são as situações capazes de comprovar a prioridade concedida pelo Estado brasileiro ao crescimento do agronegócio – enquanto uma das principais fontes de crescimento econômico do país – em detrimento da agroecologia, frisando-se que essa preferência pelo agronegócio advém de uma opção política. Assim, nessa oportunidade é ressaltado que o Ministério da Agricultura recebe 10 vezes mais recursos para cuidar do agronegócio do que o Ministério do Desenvolvimento Agrário para cuidar dos pequenos agricultores (TENDLER, 2014).

---

<sup>11</sup> Acerca do assunto, Pedro de Araujo Quental assevera que: Escobar (1996) busca compreender o desenvolvimento como um discurso produzido historicamente. O desenvolvimento, assim como o conceito de Terceiro Mundo, é compreendido pelo autor como uma representação social formulada no período Pós-Segunda Guerra Mundial, justificando, então, a aplicação de programas e políticas econômicas em países ditos “subdesenvolvidos”. Quando pensamos que “temos que nos desenvolver”, afirma Escobar (1996), este fato constata a vigência de uma ideia de desenvolvimento naturalizada nos nossos modos de sonhar, pensar e de ser. Isto ocorre na medida em que regiões do mundo como África, Ásia e América Latina foram inventadas a partir de um profundo processo simbólico e material como sendo subdesenvolvidas: fomos “inventados como subdesenvolvidos”, afirma o autor (Escobar, 2009:26). Nesse sentido, para Escobar a ideia de “desenvolvimento” deve ser vista como uma invenção geopolítica que tem por objetivo localizar indivíduos, grupos e territórios como “não-desenvolvidos” ou “subdesenvolvidos”, legitimando, assim, ações de suposto combate a essa condição. (QUENTAL, 2015, p. 06).

Salientando-se que, no momento político atual sequer se tem um ministério próprio para dedicar-se à questões relacionadas com o pequeno produtor, já que resta extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Na mesma esteira, observa-se que se encontra em tramitação no Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional que prevê a concessão de incentivo fiscal para “os insumos agrícolas, fertilizantes e produtos agroquímicos e químicos destinados a produção de alimentos destinados ao consumo humano e à pecuária” (BRASIL, 2015), no momento em que inclui no artigo 150 da Constituição Federal 1988 a proibição da criação de imposto incidente sobre insumos agrícolas, pecuária, alimentos para o consumo humano e medicamentos, já havendo parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

Sem dúvida alguma, a presente proposta – assim como diversos outros projetos de lei, a exemplo do Projeto de Lei nº. 4148/2008 que trata da retirada do símbolo informacional de conteúdo transgênico em embalagens de alimentos – demonstram a tendência política existente em favor da expansão do agronegócio. Através de benefícios concedidos pelo Estado aos setores envolvidos no modelo agrícola então vigente, todos os partícipes: grandes corporações, grandes produtores e instituições públicas almejam tão somente o lucro imediato, sem ater-se para as decorrências futuras deste modelo agrícola.

No entanto, embora no Brasil o cenário vigente não seja promissor do ponto de vista institucional, organizações no âmbito social são capazes de demonstrar que outra realidade é possível, e que a revolução agroecológica está em construção. Assim, associações, cooperativas e movimentos sociais são responsáveis pela luta constante que visa a implementação da agroecologia, assim como pelos resultados que já estão sendo obtidos: diversos são os agricultores que utilizam os princípios agroecológicos em seus cultivos, fortalecendo o movimento através da criação de associações a exemplo da Bionatur (2015), localizada na cidade de Candiota – RS que através da agroecologia produz sementes crioulas e dissemina a cultura agroecológica.

Ante o exposto, diante dos argumentos aqui explicitados vislumbra-se que a agroecologia é uma realidade. Cabe à sociedade como um todo reconhecer o advento de uma possível fase de transição – da revolução verde em ação, onde há a mercadorização e a monopolização da agrobiodiversidade, para a revolução agroecológica em construção, onde um outro mundo é possível – assim como estabelecer a homogeneização de um pensamento crítico capaz de alcançar a racionalidade emancipatória, através da qual as ações que se almejam estarão em consonância com o mundo que se deseja.

## CONCLUSÃO

Os argumentos contrapostos referidos acima, são capazes de demonstrar a existência de dois caminhos completamente distintos, caminhos estes que definem de forma oposta o futuro da humanidade.

O primeiro, calcado nos fundamentos provenientes do agronegócio desenvolvimentista, revela um mundo que prioriza a obtenção de lucros nos diversos modos de produção de acordo com os ideais capitalistas, de forma a tratar a agrobiodiversidade como principal meio de fomento do mercado mundial, quando se observa a prática agrícola vigente na América Latina.

Por outro lado o caminho pertinente ao movimento agroecológico, privilegia não só a produção de alimentos saudáveis, mas busca restabelecer a relação homem-natureza. Assim, por meio de padrões sustentáveis privilegia-se a conservação e preservação da agrobiodiversidade enquanto condição precípua para se garantir a segurança alimentar e, principalmente para a manutenção da vida em âmbito global, nos mais diversos ecossistemas.

Obviamente, o agronegócio impulsionado pela Revolução Verde exerce um papel preponderante no momento atual, visto que a produção agrícola de monoculturas – sistema que domina a agricultura na contemporaneidade – fomenta o mercado mundial. Com isso se mantém um círculo vicioso através do fornecimento de produtos básicos à países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que condiciona a difusão do agronegócio nos países subdesenvolvidos, em especial na América Latina, enquanto pressuposto para o desenvolvimentismo prometido.

Todavia, conforme se vislumbrou nos escritos anteriores, uma outra realidade é possível. A revolução agroecológica já está em construção, enquanto movimento social que vem sendo construído e difundido por diversas organizações e associações que buscam antes de tudo, promover a conscientização de produtores e da sociedade em geral acerca das diversas questões negativas que provém do agronegócio, as quais vão muito além da má qualidade dos alimentos. Conjuntamente, os benefícios da agroecologia vão sendo difundidos, demonstrados faticamente e comprovados por meio de pesquisas acadêmicas e científicas.

Frente a tais argumentos, pretendendo-se sanar a indagação que induziu a pesquisa que aqui se desenvolve, tem-se que levando em conta os diversos efeitos devastadores causados pelo agronegócio, pode-se chegar a dois pontos conclusivos.

O primeiro revela que, a partir das constatações aqui referidas ao longo da presente pesquisa, o prosseguimento do agronegócio em escala mundial e o seu desenvolvimento em ritmo acelerado como se mostra, levará ao oposto de tudo aquilo que a Revolução Verde ideologicamente preconizava.

No que tange ao segundo ponto conclusivo, pode-se afirmar que sem dúvida alguma o movimento agroecológico é capaz de garantir a diversidade agrícola, a preservação da agrobiodiversidade além da segurança alimentar, através de sua propagação e disseminação na contemporaneidade.

Pode-se dizer, neste sentido, que um novo mundo é possível, mas depende unicamente dos atos provenientes da humanidade.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARROS, Lânderson Antória. SALAMONI, Giancarla. COSTA, José Antonio Vidal da. Reflexões sobre a agroecologia: em busca de uma agricultura sustentável. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Disponível em: <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3020> – Acesso em 01 de agosto de 2015.

BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. Dissertação, 1985.

BIONATUR. Disponível em: <http://www.bionatursementes.com.br/> - Acesso em 05 de agosto de 2015.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº. 491/2010. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=96E60580E78AAC29F4E2FCD3EEC5F7F9.proposicoesWeb2?codteor=778675&filename=PEC+491/2010](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=96E60580E78AAC29F4E2FCD3EEC5F7F9.proposicoesWeb2?codteor=778675&filename=PEC+491/2010) - Acesso em 01 de agosto de 2015.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. Colonialismo interno: uma redefinição. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Trad. Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

OLIVEIRA, José Adilson de. O que significa agronegócio? Disponível em:  
<http://www.seea.org.br/artigojoseadilson2.php> - Acesso em 14 de dezembro de 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): Expropriação, Violência e R- Existência. 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza a e natureza da globalização. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

QUENTAL, Pedro de Araujo. Dilemas da integração regional na América do Sul: a lógica territorial da IIRSA e suas implicações socioespaciais. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Disponível em:  
[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131013100118/Quental\\_trabalho\\_final.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131013100118/Quental_trabalho_final.pdf) - Acesso em 22 de novembro de 2015.

QUIJANO, Aníbal. Modernidad, identidad y utopia na America Latina. Lima: Sociedad y Política, 1988.

SÁ, Eduardo. Entrevista. Miguel Altieri: Precisamos de agricultura com estratégias de adaptação para mudanças climáticas. In Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Miguel-Altieri-Precisamos-de-agricultura-com-estrategias-de-adaptacao-para-mudancas-climaticas%0A/3/29772>. Acesso em 05 de agosto de 2015.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Theotonio dos. Imperialismo y dependencia. 5 ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

TENDLER, Silvio. Documentário. O veneno está na mesa II – Agroecologia para alimentar o mundo com soberania para alimentar os povos. 2014.